Proposições Prioritárias do MEC					
Nº	**PROPOSIÇÃO**	**EMENTA**	**TRAMITAÇÃO**		**ENCAMINHAMENTO DO MEC**
			ATUAL	**POSTERIOR**	
PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO FAVORÁVEL					
1	MP 705/15	***EDUCAÇÃO INFANTIL** Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil. **AUTOR:** Poder Executivo **RELATOR:** Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) **RELATORA REVISORA:** Senadora Fátima Bezerra (PR/RN)	Congresso Nacional – Comissão Mista 28/12/15 – SLCN – Recebido pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional. 12/02/16 - Foram apresentadas 28 (vinte e oito) emendas à Medida Provisória. 24/02/16 - A Comissão é instalada e a Reunião é suspensa. 25/02/16 - São eleitos a Senadora Marta Suplicy para Presidente e o Deputado Pedro Uczai para Vice-Presidente; e designados Relator o Deputado Rogério Marinho e Relatora Revisora a Senadora Fátima Bezerra.	A Matéria será apreciada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	
2	PL 4251/15	***MAGISTÉRIO BÁSICO E SUPERIOR** Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências. **AUTOR:** Poder Executivo	Câmara dos Deputados Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF 05/02/16 – Recebimento pela CSSF.	A matéria será analisada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).	

3	PL 4253/15	***CARREIRÃO (DAS; CRIA CARGOS P/ UNIVERSIDADES FEDERAIS)** Cria, transforma e extingue cargos e funções, reestrutura cargos e carreiras, altera a remuneração de servidores, altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais, altera disposições sobre gratificações de desempenho, dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias, modifica regras sobre requisição e cessão de servidores, e dá outras providências. **AUTOR:** Poder Executivo	Câmara dos Deputados Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF 05/02/16 – Recebimento pela CSSF. 15/02/16 – MESA - Indeferido o Requerimento n. 3.872/2016 apresentado pelo Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia, em regime de urgência, do Projeto de Lei n° 4.253/15, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 3.872/2016, uma vez que o Projeto de Lei n. 4.253/2015 está sujeito à deliberação conclusiva pelas Comissões.	A matéria será analisada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Comissão de Educação (CE) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).	
4	PEC 395/14	***PEC DA GRATUIDADE** Altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. **AUTOR:** Alex Canziani - PTB/PR **RELATOR:** Deputado Cleber Verde (PRB/MA)	Câmara dos Deputados - PLENÁRIO 24/09/15 - Comissão Especial - Aprovado o parecer com substitutivo. 21/10/15 – PLEN - Aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 395 de 2014 na forma do Substitutivo adotado pela Comissão Especial, ressalvados os destaques. Sim: 318; não: 129; abstenções:4; total: 451. Adiada a continuação da votação por acordo dos Srs. Líderes. 17/02/16 - Continuação da votação em primeiro turno. Aprovado a exclusão no texto da possibilidade de cobrança pelo mestrado profissional. A matéria	A matéria será remetida ao Senado Federal.	

			retorna à Comissão Especial para elaborar a redação para o segundo turno. 24/02/16 – Comissão Especial - Aprovada a Proposta de Redação para o Segundo Turno elaborada pelo Dep. Cleber Verde (PRB-MA). 22/03/16 – PLEN - Adiada a votação em 2º turno.		
5	PL 4372/12	***INSAES** Cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior - INSAES, e dá outras providências. **AUTOR:** Poder Executivo	Câmara dos Deputados Comissão de Finanças e Tributação - CFT 07/05/14 – Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra os votos dos Deputados Rodrigo Maia, Alfredo Kaefer e João Dado. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC 21/05/14 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foram apresentadas 177 emendas. 04/06/14 – Plenário - Apresentação do Requerimento de Urgência de líderes. 07/04/15 – Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Alessandro Molon (PT-RJ).	A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e posterior envio ao Senado**.**	
6	PLC 99/15 PL 6244/13	*** CRIAÇÃO DE CARGOS PARA O MEC – Âmbito do Programa Mais Médicos** Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal e dá outras providências. Altera a Lei nº 10.871, de 2004 e a Lei nº 11.907, de 2009.	Câmara dos Deputados - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC. 30/06/15 - Proferido o Parecer. Aprovado o Parecer da Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Senado Federal	A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.	

		AUTOR: Poder Executivo	14/08/15 – CCJ - Designada a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) 14/10/15 – CCJ- Aprovado parecer 26/10/15 – Não foram oferecidas emendas. Pronto para deliberação no Plenário.		
7	PL 2245/07	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências. **AUTOR:** Reginaldo Lopes - PT/MG	Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC. 27/03/13 – Aprovado o parecer. Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) 17/12/15 - Apresentação do Requerimento n. 3782/2015, pela Deputada Moema Gramacho (PT-BA), que: "Requerimento de inclusão na ordem do dia".	A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	
8	PL 6840/13	*** ENSINO MÉDIO** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. **AUTOR:** Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio Presidente: Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG)	Câmara dos Deputados – Comissão Especial 10/12/14 – Apresentado e lido o Parecer do Relator Deputado Wilson Filho (PTB-PB) 16/12/214 – Aprovado o parecer do Relator 02/02/15 – MESA - Proposição APENSADA sujeita a arquivamento, nos termos do art. 54 combinado com o § 4º do art. 58 do RICD: PROJETO DE LEI Nº 7058/2014, APENSADO, com parecer pela inconstitucionalidade. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 58 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 03/02/2015). 12/02/15 – MESA - Encerrado o prazo recursal, não foram apresentados recursos. O PROJETO DE LEI Nº 7058/2014, APENSADO, foi arquivado nos termos do § 4º do artigo 58 combinado com o artigo 54 do RICD (parecer pela inconstitucionalidade).	A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.	

			11/03/15 – MESA - Apense-se a este(a) o(a) PL-7082/2014.		
9	PL 7.420/06 PL 8.039/10 (Apensado)	*** LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL** Altera a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, para disciplinar a ação civil pública de responsabilidade educacional, e dá outras providências. **AUTOR:** Poder Executivo do PL 8.039/2010 – apensado **Presidente:** Deputada Gorete Pereira (PR/CE) **Relator:** Deputado Bacelar (PTN-BA)	Câmara dos Deputados – Comissão Especial 24/09/15 - Apense-se a este(a) o(a) PL-2971/2015 01/03/16 - Parecer do Relator, Dep. Bacelar (PTN-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 247/2007, do PL 1680/2007, do PL 4886/2009, do PL 413/2011, do PL 2417/2011, do PL 6137/2013, do PL 2971/2015, do PL 600/2007, do PL 1256/2007, do PL 8039/2010, do PL 450/2011, do PL 5647/2013, do PL 8042/2010, do PL 5519/2013, do PL 51/2015, do PL 89/2015, e do PL 925/2015, apensados, com substitutivo. 02/03/16 - Vista conjunta aos Deputados Leo de Brito, Margarida Salomão e Professora Dorinha Seabra Rezende. 08/03/16 – Prazo de vista encerrado.	Proposição sujeita à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.	
10	PL 3.776/08 PLC 321/09	*** ÍNDICE DE REAJUSTE DO PISO** Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do	Câmara dos Deputados – Mesa Diretora Aguardando deliberação de Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. No prazo, foi apresentado 1 recurso em 16/12/2011. 10/06/15, apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2075/2015, pelo Deputado Professor Victório Galli (PSC-MT), que:	Se aprovado o recurso, a matéria será deliberada pelo Plenário e vai à sanção.	

		magistério público da educação básica. **AUTOR:** Poder Executivo	"Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 3.776/2008".		
11	PL 7841/14 PLS 399/11	**REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS** Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras. **AUTOR:** Senado Federal - Roberto Requião - PMDB/PR	Câmara dos Deputados – Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF 09/03/15 – Devolvido ao Relator, Dep. Zeca Dirceu (PT-PR) 20/10/15 - Parecer do Relator, Dep. Zeca Dirceu (PT-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3845/2012, do PL 5620/2013, do PL 6102/2013, do PL 7281/2014, do PL 118/2015, do PL 903/2015, do PL 7723/2010, e do PL 3052/2011, apensados. 06/01/16 – MESA - Apense-se a este(a) o(a) PL-4067/2015.	Caso o parecer seja aprovado, a matéria será analisada pela Comissão de Educação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).	
PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONTRÁRIO					
12	PEC 15/15	***PEC DO FUNDEB** Insere parágrafo único no art. 193; inciso IX, no art. 206 e art. 212-A, todos na Constituição Federal, de forma a tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública, incluir o planejamento na ordem social e inserir novo princípio no rol daqueles com base nos quais	Câmara dos Deputados – Comissão Especial 16/06/15 – CCJC - Aprovado o parecer do Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB) pela admissibilidade. 16/07/15 – Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno.	A matéria será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.	

		a educação será ministrada, e revoga o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **AUTORA:** Deputada Raquel Muniz - PSC/MG			
13	PL 4643/12	***FUNDO PATRIMONIAL** Altera a Lei nº 9.250, de 1995 e a Lei nº 9.249, de 1995, Autoriza a criação de Fundo Patrimonial (endowment fund) nas instituições federais de ensino superior. **AUTORA:** Deputada Bruna Furlan - PSDB/SP	Câmara dos Deputados – CFT 11/12/13 – CE – Aprovado o parecer do Deputado Leopoldo Meyer (PSB-PR), pela aprovação, com as emendas. 11/08/15 – CFT - Apresentação do parecer do relator, Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), pela adequação financeira e orçamentária do projeto e das Emendas nºs 1/2013 e 2/2013 da Comissão de Educação; na forma do Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1/2013 da CE, com Substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 2/2013 da CE. 04/11/15 - Retirado de pauta por 15 dias a pedido da autora.	A matéria ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados	
14	PL 6583/13	***ESTATUTO DA FAMÍLIA** Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. **AUTOR:** Deputado Anderson Ferreira - PR/PE	Câmara dos Deputados – Comissão Especial 24/09/15 - Aprovado o Parecer com Complementação de Voto do Relator, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, e da Emenda ao projeto 1/2014: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 6584/2013, apensado; e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição da Emenda ao Substitutivo 1/2015, contra os votos dos	A matéria sendo aprovada será remetida ao Senado.	

			Deputados Maria do Rosário, Glauber Braga, Bacelar, Erika Kokay e Jô Moraes, apresentaram votos em separado as Deputadas Manuela D'ávila e Erika Kokay. 08/10/15 – Votação dos destaques 27/10/15 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foram apresentados 2 recursos.		
15	PEC 32/13	***PEC DO PACTO FEDERATIVO (FINANCIAMENTO)** Altera o art. 211 da Constituição Federal para responsabilizar a União pelo financiamento da educação básica pública. **AUTOR:** Senador Cristovam Buarque – PDT/DF e outros	Senado Federal – Comissão de Constituição e Justiça - CCJ 19/06/15 - Designado Relator, Sen. Acir Gurgacz (PDT-RO). 10/09/15 - Matéria pronta para a Pauta na Comissão, relatório com voto favorável à Proposta, com duas Emendas que apresenta.	A matéria será analisada pelo Plenário do Senado.	
16	PEC 80/15	***PEC DA FEDERALIZAÇÃO** Institui a carreira nacional do magistério público da educação básica. **AUTOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho – PSB/PE e outros	Senado Federal - Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) 14/08/15 – Designado Relatora, Sen. Gleisi Hoffmann. 25/02/16 - Matéria pronta para a Pauta na Comissão, relatório com voto contrário à Proposta, por inconstitucionalidade material em face do inciso I do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.	A matéria será analisada pelo Plenário do Senado.	

Atualizado em 23/03/16